

O conhecimento como crença verdadeira justificada

Cornman, Leher, Pappas

Que significa [...] dizer que alguém conhece [*knows*] alguma coisa? Para responder claramente a isto, temos primeiro de especificar com precisão o que está a ser perguntado, pois a palavra “conhecer” tem uma grande variedade de usos e significados. Por exemplo, pode-se dizer de alguém que sabe [*knows*] jogar golfe, também pode dizer-se que conhece Paris, e, finalmente, pode dizer-se que sabe que a Universidade de S. Marcos é a mais antiga do hemisfério ocidental. Este último uso da palavra “conhece” [ou “sabe”] é aquele que está mais diretamente relacionado com a verdade e é o alvo habitual da crítica cética. Dizer que uma pessoa sabe que a Universidade de S. Marcos é a mais antiga do hemisfério ocidental é equivalente a dizer que ela sabe que é verdade que a Universidade de S. Marcos é a mais antiga do hemisfério ocidental. Este tipo de conhecimento é por vezes chamado teórico ou discursivo. Todavia, a característica que distingue este conhecimento é a de que a verdade é o seu objeto: trata-se de um conhecimento da verdade. O ceticismo [...] afirma que algo cuja verdade quase toda a gente supõe que conhecemos é na realidade algo cuja verdade não conhecemos. Um tal conhecimento pode ser formulado tanto dizendo que alguém sabe que *X*, como dizendo que esse alguém sabe que é verdade que *X*. Estas duas maneiras de afirmar o conhecimento são equivalentes. Assim, a verdade é uma condição necessária de tal conhecimento; se uma pessoa sabe que alguma coisa é de uma certa forma, então será verdade que essa coisa é dessa forma.

Repare-se que uma pessoa pode com frequência *afirmar* [*claim*] que sabe que algo é de uma certa forma quando não é, mas, nesse caso, embora afirme que sabe, na realidade não sabe. De fato, essa pessoa ignora a verdade. Por exemplo, se alguém afirmar que sabe que a Universidade de Harvard é a mais antiga dos Estados Unidos, estará enganada, pois isso não é verdade. Essa pessoa não sabe o que afirma saber. Quando alguém está enganado e acredita no que é falso, então falta-lhe o conhecimento. Vemos agora que uma condição necessária para uma pessoa conhecer algo é que isso seja verdade. Outra condição necessária é a de que essa pessoa acredite nisso. É óbvio que uma pessoa não sabe que algo é verdade quando nem sequer acredita que isso seja verdade. Poderemos então fazer o conhecimento equivaler simplesmente à crença verdadeira? De forma alguma! Para vermos por que não, consideremos o caso de alguém que tem um pressentimento e assim acredita que o resultado final do jogo de futebol americano do próximo ano entre a armada e o exército será um empate 21-21. Além disso, suponhamos que essa pessoa é bastante ignorante acerca dos resultados de jogos anteriores e de outros dados relevantes. Finalmente, imaginemos que, por uma mera questão de sorte, o resultado vem a ser esse. Que se trata de uma mera questão de sorte, torna-se evidente pelo fato de essa pessoa ter com frequência tais pressentimentos acerca de resultados de jogos e de os mesmos quase sempre se revelarem errados. A sua crença verdadeira acerca do resultado do jogo do próximo ano entre a armada e o exército não pode ser considerada conhecimento. Trata-se de uma questão de sorte e nada mais.

Como poderemos distinguir o conhecimento da mera crença verdadeira? A maior parte dos filósofos, incluindo

os céticos, defende que a condição para se considerar a crença verdadeira como conhecimento tem a ver com a justificação que uma pessoa tem para acreditar naquilo em que acredita. A pessoa que tem a crença verdadeira acerca do jogo entre a armada e o exército não tem uma justificação razoável para acreditar naquilo em que acredita, pois na realidade não tem qualquer razão para acreditar que o resultado será um empate 21-21. Por outro lado, uma pessoa que assista ao jogo e ouça o apito final tem a sua crença completamente justificada e sabe, portanto, que o resultado final é um empate a vinte e um pontos. Assim, podemos afirmar que uma pessoa não tem conhecimento a não ser que possa justificar, e justificar completamente, a sua crença. Além disso, o que normalmente determina se uma pessoa tem uma boa justificação para a sua crença é a qualidade da evidência em que se baseia essa crença. A evidência da pessoa que assiste a todo o jogo é bastante adequada, enquanto que a evidência da pessoa que adivinha é profundamente insignificante.

Há uma qualificação adicional que é requerida. Uma pessoa pode ter uma boa justificação para aquilo em que acredita apesar de a sua justificação se basear nalguma suposição falsa. Por exemplo, se alguém estacionar o seu carro num parque público por algumas horas, tem uma boa justificação, quando regressa ao carro e não observa nenhuma alteração, para acreditar que o motor do carro continua a estar debaixo da capota. Claro que se o motor foi roubado enquanto o dono estava ausente, então a crença deste de que existe um motor por baixo da capota não constitui conhecimento simplesmente porque é falso que o motor lá esteja. No entanto, imaginemos que depois de o motor ter sido roubado chegou um amigo que, verificando que o motor tinha sido removido, procedeu de modo a substituí-lo antes que o dono chegasse para evitar o sofrimento deste se encontrasse o carro sem motor. Nesse caso, seria correta a crença do dono de que existia um motor debaixo da capota quando regressasse. Além disso, a sua crença seria igualmente bem justificada. Todavia, a crença do dono seria baseada numa suposição falsa, a saber, a de que o motor que estava debaixo da capota do seu carro quando o deixou continuava a estar lá. Esta suposição falsa leva-o à conclusão verdadeira de que há um motor debaixo da capota, mas a única justificação que tem para acreditar nisso baseia-se numa suposição falsa. Logo, não podemos dizer que essa pessoa *sabe* que há um motor debaixo da capota do seu carro.

Deve-se requerer não só que alguém tenha uma boa justificação para aquilo em que acredita, mas também que essa justificação não dependa *essencialmente* de nenhuma suposição falsa; de outro modo, não se pode considerar que essa pessoa conheça. [...] Requer-se que alguém tenha uma justificação completa para acreditar em algo de maneira que saiba que aquilo em que acredita é verdade, e também que a sua justificação não possa ser *frustrada* por qualquer falsa suposição.

Concluimos assim que uma pessoa conhece algo somente quando a sua crença é verdadeira, completamente justificada, e a justificação não é frustrável. Um cético que construa o seu ponto de vista a partir desta análise do conhecimento pode argumentar em relação àquelas coisas que as pessoas normalmente assumem que conhecem afirmando (1) que nem sequer acreditamos nessas coisas, (2) que elas não são verdadeiras, (3) que não temos uma justificação completa para acreditarmos nelas, ou (4) que a nossa justificação, embora completa, é frustrada por alguma suposição falsa de que depende essencialmente. O ponto mais favorável para o cético se apoiar é a condição (3). Um cético que pretenda defender uma forma de ceticismo muito extensa, afirmando, por exemplo, que não sabemos se alguma das nossas crenças perceptivas é verdadeira, fará melhor em argumentar que a condição (3) da análise não é satisfeita por tais crenças. Claro que ele pode defender que todas essas crenças são falsas, mas se concede que temos uma justificação completa para as nossas crenças perceptivas, ser-lhe-á difícil convencer os seus detratores acerca dos méritos do seu ceticismo. Para tornar a

sua posição sustentável, será necessário, como passo preliminar, argumentar que tais crenças não são completamente justificadas.

autor: Cornman, Leher, Pappas
fonte: Textos de Interesse Filosófico
original: Philosophical Problems and Arguments: An introduction
New York, Macmillan Publishing Co., Inc., 1983, pp. 42-44